Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. Joao Amorim"- Gestão de Saúde Carapicuíba

CNPJ. : 66.518.267/0015-89

Demonstrações Contábeis Exercício de 2024

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)

Ativo	Notas	2024	2023
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	**4**	4.319.601,10	4.284.310,92
Adiantamentos a Empregados	**5**	26.995,58	17.165,53
Adiantamentos para Despesas		1.000,00	1.000,00
Impostos Recuperáveis	**6**	-	1.159,83
Créditos com Convênios	**7**	363.340,16	1.717.426,08
Outros Créditos		13.113,87	-
Estoque	**8**	641.750,41	442.259,85
Despesas Antecipadas	**9**	4.668,01	4.786,27
		5.370.469,13	**6.468.108,48**
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	**10**	514.900,02	533.686,81
		514.900,02	**533.686,81**
Total do Ativo		**5.885.369,15**	**7.001.795,29**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2024	2023
Passivo Circulante			
Fornecedores		1.097.633,12	1.132.935,57
Obrigações Trabalhistas	**11**	411.221,88	355.849,97
Obrigações Sociais e Fiscais	**12**	331.639,32	264.235,09
Contas a Pagar		19.980,36	17.724,23
Provisões para Férias e Encargos	**13**	827.265,06	582.190,27
		2.687.739,74	**2.352.935,13**
Passivo Não Circulante			
Provisões para Contingências		1.532.025,00	-
Bens Públicos em nosso poder	**14**	514.900,02	533.686,81
		2.046.925,02	**533.686,81**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		4.115.173,35	1.961.492,51
Superávit/Déficit do Exercício		(2.964.468,96)	2.153.680,84
		1.150.704,39	**4.115.173,35**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**5.885.369,15**	**7.001.795,29**

Demonstração do Resultado do Período findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)

	Notas	2024	2023
Receitas Líquidas	**16**	**20.688.131,61**	**22.850.045,84**
Contrato de Gestão nº 96/19	**17**	20.910.658,37	22.835.009,30
Realização de Bens Públicos em nosso poder		38.121,79	35.676,54
(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado	**3.h**	(19.335,00)	(20.640,00)
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		(241.313,55)	-
Custos		**(21.135.088,86)**	**(19.819.672,24)**
Pessoal e Reflexos	**19**	(8.319.460,27)	(7.655.720,95)
Serviços Terceirizados	**20**	(10.172.674,95)	(9.674.550,13)
Medicamentos e Materiais de Consumo	**21**	(2.642.953,64)	(2.489.401,16)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	**26**	(1.941.124,77)	(1.692.482,35)
(-) Isenção da CPP Usufruída	**26**	1.941.124,77	1.692.482,35
(=) Resultado Bruto		**(446.957,25)**	**3.030.373,60**
Despesas		**(2.772.530,53)**	**(1.057.484,11)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(4.664,39)	(2.812,00)
Despesas Gerais	**22**	(1.235.841,14)	(1.054.672,11)
Provisões para Contingências		(1.532.025,00)	-
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais		**5.405,66**	**842,25**
Receitas com Doações		-	15,99
Outras Receitas		5.405,66	826,26
(=) Resultado antes das Rec/Desp Financeiras		**(3.214.082,12)**	**1.973.731,74**
Resultado Financeiro	**18**	**249.613,16**	**179.949,10**
Receitas Financeiras		252.429,25	184.904,65
Despesas Financeiras		(2.816,09)	(4.955,55)
Superávit/Déficit do Exercício		**(2.964.468,96)**	**2.153.680,84**

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)

	2024	2023
(=) Déficit (Superávit) do exercício	(2.964.468,96)	2.153.680,84
Total do Res. Abrangente do Exercício	**(2.964.468,96)**	**2.153.680,84**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para o Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.890.312,86**	**(928.820,35)**	**1.961.492,51**
Incorporação do Superávit/Déficit	(928.820,35)	928.820,35	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	2.153.680,84	2.153.680,84
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.961.492,51**	**2.153.680,84**	**4.115.173,35**
Incorporação do Superávit/Déficit	2.153.680,84	(2.153.680,84)	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	(2.964.468,96)	(2.964.468,96)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**4.115.173,35**	**(2.964.468,96)**	**1.150.704,39**

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)

Atividades Operacionais	2024	2023
Superávit / (Déficit) do Exercício	(2.964.468,96)	2.153.680,84
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos a Empregados	(9.830,05)	11.044,37
Adiantamentos para Despesas	-	(461,81)
Impostos Recuperáveis	1.159,83	-
Créditos com Convênios	1.354.085,92	(1.717.160,98)
Outros Créditos	(13.113,87)	-
Estoques	(199.490,56)	(211.784,27)
Despesas Antecipadas	118,26	(409,78)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(35.302,45)	128.337,43
Obrigações Trabalhistas	55.371,91	27.059,80
Obrigações Sociais e Fiscais	67.404,23	14.042,75
Provisões para Férias e Encargos	245.074,79	65.385,12
Provisão para Contingências	1.532.025,00	-
Outras Obrigações	2.256,13	6.697,66
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**35.290,18**	**476.431,13**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(19.335,00)	(20.640,00)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(19.335,00)**	**(20.640,00)**
Atividades de Financiamento		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	19.335,00	20.640,00
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	**19.335,00**	**20.640,00**
Variação Líquida nas Disponibilidades	**35.290,18**	**476.431,13**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	4.284.310,92	3.807.879,79
Disponibilidades no Final do Exercício	4.319.601,10	4.284.310,92
Variação Líquida nas Disponibilidades	**35.290,18**	**476.431,13**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	4.284.310,92	3.807.879,79
Disponibilidades no Final do Exercício	4.319.601,10	4.284.310,92
Variação Líquida nas Disponibilidades	**35.290,18**	**476.431,13**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)

1. Contexto Operacional: O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fernando Proença de Gouvêa. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.

2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis - 2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras carve-out da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social. Estas demonstrações financeiras carve-out contemplam apenas os bens, direitos, obrigações e o resultado das operações da Gestão Saúde de Carapicuíba, gerido pelo CEJAM. Dessa forma, as demonstrações financeiras carve-out podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se a Gestão Saúde de Carapicuíba tivesse operado como uma única entidade independente. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras carve-out, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração da Entidade na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a: • Vida útil do ativo imobilizado. • Provisões em geral. Não houve mudanças significativas nas estimativas do período em relação àquelas que vinham sendo aplicadas.

3. Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a estas primeiras demonstrações financeiras carve-out da Entidade e continuarão sendo adotadas continuamente a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025. **3.a) Instrumentos financeiros: • Reconhecimento e mensuração inicial:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. • **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2024, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR). Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. • **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber do Contrato de Gestão e Operacionalização e outros créditos. • **Passivos financeiros**: Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. • **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido entre eles é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de realizá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. • **Instrumentos financeiros derivativos:** A Entidade não possuía, em 31 de dezembro de 2024, nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge. **3.b) Estoques (quando aplicável):** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. **3.c) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração reavaliou a situação no exercício de 2024 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2023. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias: 25 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. **3.d) Intangível (quando aplicável): • Reconhecimento, mensuração e amortização**: o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.f) Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.g) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa n° 1. **3.h) Receitas:** As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.i) Despesas:** As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.k) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **3.l) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2024:** As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2024, não apresentam impactos nas demonstrações contábeis da Entidade. A entidade não irá adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não é esperado que tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

Bancos – Conta Movimento	2024	2023
Banco Santander (Brasil) S.A.	369,50	188,04
	369,50	**188,04**
Bancos – Aplicações Financeiras	**2024**	**2023**
Banco do Brasil S.A.	4.319.231,60	4.284.122,88
	4.319.231,60	**4.284.122,88**

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa n° 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). O rendimento médio das aplicações financeiras foi de 10,9891 % ao ano.

5. Adiantamentos a Empregados	2024	2023
Adiantamentos de Férias	26.995,58	17.165,53
	26.995,58	**-**

6. Impostos Recuperáveis	2024	2023
IRRF s/ Serv. Prestados PJ	-	262,47
Contrib. Federais s/ Serv. Prestados PJ	-	897,36
	-	**1.159,83**

7. Créditos com Contrato de Gestão	2024	2023
Carapicuíba – PS Vila Dirce - Contrato 96/2019	363.340,16	1.717.426,08
	363.340,16	**1.717.426,08**

8. Estoque	2024	2023
Medicamentos	360.083,30	226.857,93
Material Médico/Hospitalar	273.274,27	203.032,43
Material de Expediente/Escritório	5.773,74	6.125,87
Material de Manutenção	365,22	373,08
Material de Informática	160,97	473,72
Material de Limpeza	469,22	526,14
Material de EPI	1.291,57	1.341,07
Utensílios de Copa	19,97	3.356,81
Peças e Acessórios	312,15	172,80
	641.750,41	**442.259,85**

9. Despesas Antecipadas	2024	2023
Prêmios de Seguros a Vencer	4.668,01	4.786,27
	4.668,01	**4.786,27**

10. Imobilizado	2023	Adições	Depreciação	2024
Benfeitorias em Imóveis	391.155,61	-	(18.292,56)	372.863,05
Instalações	11.084,60	-	(1.329,24)	9.755,36
Máquinas e Equipamentos	49.944,19	-	(6.207,84)	43.736,35
Equipamentos de Uso Médico	5.609,93	-	(680,04)	4.929,89
Equipamentos de Informática	1.949,51	-	(1.050,65)	898,86
Móveis e Utensílios	73.942,97	19.335,00	(10.561,46)	82.716,51
	533.686,81			**514.900,02**

Conforme preceituado nos contratos de gestão firmados entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de Carapicuíba, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

11. Obrigações Trabalhistas	2024	2023
Salários a Pagar	411.221,88	355.849,97
	411.221,88	**355.849,97**

12. Obrigações Sociais e Fiscais	2024	2023
INSS sobre Salários a Recolher	35.863,13	39.383,49
FGTS a Recolher	66.407,20	56.906,83
Contribuições Sind. e Assist. a Recolher	2.389,96	1.327,61
IRRF sobre Pessoas Físicas a Recolher	119.393,67	97.566,00
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	11.319,07	11.618,17
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	75.501,32	37.921,97
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	14.275,92	13.370,03
ISS Retido na Fonte a Recolher	6.489,05	6.140,99
	331.639,32	**264.235,09**

13. Provisões para Férias e Encargos	2024	2023
Provisão para Férias	766.085,21	539.128,83
Provisão para FGTS sobre Férias	61.179,85	43.061,44
	827.265,06	**582.190,27**

14. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 514.900,02 em 2024 e R$ 533.686,81 em 2023, refere-se aos valores recebidos da Prefeitura do Município de Carapicuíba para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término do contrato de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

15. Provisões para Contingências	2024
Processos Cíveis	1.532.025,00
	1.532.025,00

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. A entidade, com relação a esta filial, figura em processos avaliados com perda possível no montante de R$ 4.789.725,00, sem provisão constituída.

	2024
Processos Trabalhistas	68.777,00
Processos Cíveis	4.720.948,00
	4.789.725,00

16. Receitas Operacionais Líquidas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.

17. Receita com Contrato de Gestão	2024	2023
Contrato 96/2019	20.910.658,37	22.835.009,30
	20.910.658,37	**22.835.009,30**

18. Receitas e Despesas Financeiras	2024	2023
Rendimentos de Aplicações Financeiras	252.429,22	184.904,62
Descontos Obtidos	0,03	0,03
(-) Tarifas Bancárias	(2.680,60)	(2.243,89)
(-) Juros e Mora Comerciais	(135,49)	(2.711,56)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	-	(0,10)
	249.613,16	**179.949,10**

19. Pessoal e Reflexos	2024	2023
Ordenados	5.081.251,30	4.339.328,55
13º Salários	473.170,00	394.689,46
Auxílio Enfermidade	60,68	1.211,23
Férias	584.009,75	480.689,95
Gratificações	6.493,53	-
Indenizações e Avisos Prévios	168.369,44	655.786,29
Insalubridade	695.551,25	579.167,57
Horas Extras	141.160,84	140.967,45
Descanso Semanal Remunerado	83.738,84	73.470,14
Auxílio Creche	55.611,38	54.172,50
Vale Transporte	122.742,87	124.721,10
Cesta Básica	271.593,09	214.356,89
Formação Profissional e Capacitação	11.021,86	11.864,96
Uniformes	6.370,93	10.316,08
Seguro de Vida	1.621,60	1.361,45
Cesta de Natal para Funcionários	16.359,00	26.894,00
Benefício de Academia	950,06	-
Benefício de Psicoterapia	825,05	-
Contribuições ao FGTS	598.558,80	546.723,33
	8.319.460,27	**7.655.720,95**

20. Serviços Terceirizados	2024	2023
Serviços Médicos – Pessoas Jurídicas	8.241.012,10	7.807.481,70
Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas	1.931.662,85	1.867.068,43
	10.172.674,95	**9.674.550,13**

21. Medicamentos e Materiais de Consumo	2024	2023
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	1.941.121,13	1.781.857,83
Materiais de Consumo	651.125,65	638.992,66
Materiais de Conservação	36.272,59	50.222,85
Outros Materiais e Insumos	14.434,27	18.327,82
	2.642.953,64	**2.489.401,16**

22. Despesas Gerais	2024	2023
Contas de Consumo	66.131,82	99.154,37
Aluguéis de Equipamentos Hospitalares	549.684,21	498.117,42
Administrativas	533.265,43	407.019,80
Bens Não Imobilizados	42.779,30	7.539,48
Outras Despesas Gerais	43.980,38	42.841,04
	1.235.841,14	**1.054.672,11**

23. Coberturas de Seguros: A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

24. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

25. Certificado Beneficente de Assistência Social (Cebas): Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, Edição 60, Seção 1, Pág. 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de 30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024. Atendendo à legislação e demais regulamentações vigentes, a Entidade protocolou tempestivamente seu requerimento de renovação junto ao Ministério da Saúde sob o nº 25000.150614/2024-48, em 07/10/2024, o qual permanece em análise. Até o momento, o processo de renovação não foi concluído. No entanto, a Entidade está amparada pelo disposto no art. 14 do Decreto nº 11.791/2023, que estabelece: "Art. 14. A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação apresentado tempestivamente." A Administração do CEJAM e seus Assessores entendem que todos os procedimentos obrigatórios foram cumpridos de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, garantindo o deferimento do pedido de renovação do CEBAS. Dessa forma, consideram legítimo o benefício da Isenção Previdenciária Usufruída.

26. Isenções Previdenciárias (Quota Patronal): A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2024 foi de R$ 1.941.124,77 (em 2023 foi de R$ 1.692.482,35) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Isenções Previdenciárias Usufruídas	2024	2023
Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	1.941.124,77	(1.692.482,35)
Cota Patronal sobre Serviços Prestados por Pessoas Físicas	-	
	(1.941.124,77)	**(1.692.482,35)**
(-) Isenção Usufruída		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	1.941.124,77	1.692.482,35
(-) Cota Patronal INSS sobre a Pessoas Físicas	-	
	0,00	**0,00**

27. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

28. Eventos Subsequentes: Não foram identificados eventos subsequentes às demonstrações contábeis "carve-out" de 31 de dezembro de 2024.

Carapicuíba (SP), 31 de dezembro de 2024.

Dr. Mário Santoro Junior
Gerente de Desenvolvimento Institucional
Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

Relatório - Gestão em Saúde
Relatório - Contratado X Realizado
Pronto Socorro da Vila Dirce - Período: De 01/2024 até 12/2024

Atividades realizadas - Urgência e Emergência	1º Sem/2024		2º Sem/2024		Total 2024		
	Meta	Real.	Meta	Real.	Meta	Real.	% da Meta
Clínica Médica	Não há	113.588	Não há	104.435	Não há	218.023	-
Ortopedia	Não há	9.806	Não há	8.733	Não há	18.539	-
Total de Atendimentos	78.000	123.394	78.000	113.168	156.000	236.562	**151,64%**

Atividades realizadas - Internação	1º Sem/2024		2º Sem/2024		Total 2024		
	Meta	Real.	Meta	Real.	Meta	Real.	% da Meta
Volume de pacientes	300	984	300	939	600	1.923	**320,50%**

Indicadores de Qualidade	1º Sem/2024		2º Sem/2024		Total 2024		
	Meta	Real.	Meta	Real.	Meta	Real.	% da Meta
Resolução das queixas (Ouvidoria)	80%	100%	80%	100%	80%	100%	**125%**
Cumprimento dos prazos contratuais	95%	100%	95%	100%	95%	100%	**105%**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis "CARVE-OUT"

À Administração e Conselho de Administração do **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM, gestora do Gestão Saúde de Carapicuíba -** São Paulo – SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis "carve-out" da **Gestão Saúde de Carapicuíba ("Entidade")**, filial do **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" ("Entidade" ou "CEJAM")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Gestão Saúde de Carapicuíba ("Entidade")**, filial do **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim"- CEJAM ("Entidade" ou "CEJAM")** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na ITG "2002 R1 – Entidades sem finalidades de lucros", também pela da NBC TG "1000 R1 – Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002 (R1) – Entidade sem finalidade lucros". **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis "carve-out":** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis "carve-out". Consequentemente, essas demonstrações contábeis "carve-out" podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Restrições sobre o uso e distribuição:** As demonstrações contábeis "carve-out" acima referidas foram elaboradas pela Administração do CEJAM com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Municipal de Carapicuíba. Consequentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretaria Municipal de Carapicuíba identificados pelo CEJAM e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o CEJAM e Secretaria Municipal de Carapicuíba. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores, para as quais emitiram relatório datado de 11 de abril de 2024 sem ressalvas. **Responsabilidades da Administração e conselho de administração pelas demonstrações contábeis "carve-out":** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis "carve-out", a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O conselho de Administração da Entidade é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis "carve-out":** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

BDO RCS Auditores Associados Ltda. - CRC 2 SP 015165/O-8
Carlos Aragaki - Contador CRC 1 SP 132091/O-1

R$ 2,87 bi do BID podem bancar obra em rodovias

Governo negocia empréstimo com organismo para financiar parte de custos em novas concessões federais

INFRAESTRUTURA

André Borges

BRASÍLIA O Ministério dos Transportes está em vias de fechar um empréstimo com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) no valor de US$ 500 milhões, (R$ 2,87 bilhões). O objetivo é usar esse recurso para bancar parte dos custos de obras de novas concessões de rodovias federais em trechos menos favoráveis para cobrança de pedágio, permitindo que seja adotada uma tarifa mais barata ao usuário.

Conforme informações obtidas pela **Folha**, o acordo entre o ministério e o BID deve ser concluído nas próximas semanas. Internamente, a iniciativa tem sido chamada de "Programa de Concessões Rodoviárias Inteligentes".

O recurso será usado para financiar, num primeiro momento, um bloco de concessões rodoviárias no Nordeste. A maior parte dos trechos envolverá cidades e estradas locais cortadas pela BR-101, que cruza os nove estados nordestinos. Numa segunda etapa, a ideia é levar a estratégia para outras regiões.

BR-101, na Bahia; trecho de 772 km deve ser o primeiro a receber verba do BID 26.abr.21/Divulgação

Os US$ 500 milhões serão divididos em dez parcelas de US$ 50 milhões, e o dinheiro será aplicado conforme o avanço de cada concessão. A estratégia, inédita no governo federal, procura atacar três problemas básicos.

Primeiro, alivia a pressão sobre os cofres públicos. Em segundo lugar, garante a atratividade dessas rodovias ao setor privado, oferecendo garantia de pagamento por meio de um banco internacional. O terceiro ponto é que, na prática, o aporte público reduz o preço do pedágio.

Um primeiro traçado que receberá o aporte já foi definido, a BR-101 na Bahia. A rodovia, com seus 772 km, dá acesso a diversas praias e cidades litorâneas, além de ser usada no escoamento da produção local e conectar o sul da Bahia a Salvador.

Só neste projeto, estudos estimam que a concessão, que terá prazo de 30 anos, somam investimentos de R$ 13 bilhões em obras estruturantes. Os custos operacionais e de manutenção são estimados em R$ 8,8 bi no período.

O plano do governo é, depois de bater o martelo com o BID, lançar o edital dessa licitação no segundo semestre. Estudos de viabilidade já foram concluídos pelo BNDES. O leilão está previsto para o primeiro trimestre de 2026.

O BID foi procurado pela **Folha** para comentar o assunto. A instituição declarou que, segundo políticas internas, não comenta "projetos antes de sua aprovação pela diretoria executiva do banco". O ministro dos Transportes, Renan Filho, confirmou as informações obtidas pela reportagem.

"É um acordo inédito e importante que estamos fechando com o BID, que vai nos ajudar a viabilizar essas concessões não apenas na região Nordeste, mas em todos os estados em que esse tipo de estratégia seja a mais viável."

O BID, lembrou o ministro, ajudou a estruturar o principal programa de manutenção de rodovias do país, o Crema (Contrato de Restauração e Manutenção), gerenciado pelo Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).

No acordo negociado, o valor repassado será controlado pelo governo, via Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes e ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), com liberações por etapas, conforme a obra avançar e metas contratuais, como duplicação e pavimentação, forem cumpridas.

Além do repasse do BID, parte dos investimentos deve ter como origem o aporte público. Para o governo, o acordo traz vantagens financeiras, porque inclui prazo de carência (período sem pagamento) de até seis anos. O prazo para pagar o principal (fora os juros) é de até 19 anos, ou seja, a operação total soma 25 anos, com juros estimados em 6,05% ao ano.

Numa segunda etapa, o governo quer acordo com o BID para atuar como "garantidor" de concessões, em vez de financiador de projetos. A ideia, neste caso, é que o próprio governo assuma parcela dos compromissos financeiros de concessões, mas que tenha o BID como agente de garantia.

A malha rodoviária federal do Brasil tem 75,8 mil km, dos quais 65,4 mil km correspondem a rodovias pavimentadas e 10,4 mil km correspondem a não pavimentadas, segundo o Ministério dos Transportes.

Hoje, 13.023 km de rodovias federais estão concedidas. O governo pretende expandir o programa de concessão para mais de 18 mil km. Nas primeiras etapas, foram concedidas as principais rodovias, com maior volume de tráfego e maior potencial de arrecadação de receita por meio da cobrança de pedágios.

O governo entende que, para projetos incapazes de gerar as receitas necessárias para sua viabilidade, são necessárias medidas adicionais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA-SP
CONVOCAÇÃO PARA RETOMADA DA SESSÃO PÚBLICA – **PREGÃO ELETRÔNICA nº 003/2025.** Ref. Pregão Eletrônica nº 003/2025 Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PRONTO SOCORRO MUNICIPAL ISIDORO BITIO NETO, PERTENCENTE À DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA- SP.Considerando a interposição de recursos e a resposta do diretor da Saúde, CONVOCO os interessados para retomada da sessão pública, objetivando a reavaliação das propostas apresentadas, nos termos estabelecidos no edital e nas normas de regência, para o dia 13 de maio de 2025 (terça-feira), as 09h00, através do portal BLL Compras – https://bll.org.br/universo-bll-compras/.Santa Lúcia/SP, 07 de maio de 2025. GABRIELA MARIA CAETANO Agente de Contratação.

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório n.º 12/2025. Pregão Eletrônico n.º 02/2025. Sistema de Registro de Preços n.º 02/2025. Edital n.º 02/2025. OBJETO: Registro de preços para, a critério da Autarquia, contratar empresa especializada para a prestação de serviços de desobstrução e limpeza de redes de esgotos, poços de visitas, águas pluviais, boca-de-lobo, com caminhão combinado – hidrojato/vácuo, conforme descrições e quantidades estabelecidas no Edital e seus anexos. Lucas Soares Eleodoro, Diretor do Departamento de Esgoto e Água de Guaíra (DEAGUA), no uso de suas atribuições legais, adjudica o objeto do Pregão Eletrônico em epígrafe à empresa ASSISTOP SANEADORA UBERABA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 03.581.809/0001-42, considerada vencedora por ofertar a proposta mais vantajosa, no valor de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) e homologa o Processo Licitatório n.º 12/2025. Guaíra/SP, 07 de maio de 2025.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2025
Torna-se público que o(a) Departamento Municipal de Água e Esgoto - DEMAE, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado(a) na Avenida Sete de Setembro, n° 363 – Centro, em Campo Belo, Estado de Minas Gerais, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE USINAGEM DE CONCRETO PARA ATENDER A DEMANDA DOS SERVIÇOS OPERACIONAIS DESTA AUTARQUIA, EM DIVERSOS LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO. Abertura: 22/05/2025, às 08.30 horas. Local: Site de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. Retirada do Edital no site www.demaecb.com.br. Informações pelo telefone (35) 99716-2411 ou pelo correio eletrônico: licitacao@demaecb.com.br. Mayra Lara Alvarenga – Pregoeira

Câmara aprova novo marco para concessões e PPPs

O plenário da Câmara aprovou nesta quarta (7) o projeto que altera as leis que tratam de concessões e PPPs (Parcerias-Público Privadas). A votação foi simbólica, quando não há contagem de votos. O texto vai ao Senado. Horas antes da votação, o relator da proposta, Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), retirou do texto a criação da concessão por adesão, sem nova licitação, e a autorização para o uso de fundos especiais, como o Fundeb, como garantia em contratos.